



GUIA DEMOCRACIA 25.4

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO JOVEM

DEZEMBRO DE 2024



Agência Nacional
Erasmus+ Juventude/Desporto
Corpo Europeu de Solidariedade



Erasmus+



GOVERNO
DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DA
JUVENTUDE, HABITAÇÃO
E EMPREGO



Direção Regional
da Juventude

ENQUADRAMENTO GERAL

FNAJ – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS

Fundada a 10 de Maio de 1996, a FNAJ é a estrutura representativa do movimento Associativo Juvenil de base local e regional em Portugal, tendo como missão:

Representar as Associações Juvenis junto dos poderes públicos e políticos, defendendo as aspirações, necessidades e interesses dos/as jovens e do movimento associativo juvenil.

Promover o associativismo enquanto instrumento da participação ativa de jovens na vida das suas comunidades.

Estimular a educação cívica e associativa da Juventude portuguesa e promover experiências de intercâmbio ao nível local, regional e internacional.

Apostar no potencial inovador e criativo dos/as jovens e nas suas associações resulta num efeito multiplicador com retorno positivo para a sociedade, não só sob a forma de concretização de inquestionável ressonância e utilidade para as comunidades em áreas como o apoio social, o ambiente, a cultura, a saúde, o desporto, a promoção do património, a defesa dos direitos humanos, entre outras, mas também pela mais-valia educativa na sua componente não-formal, capacitando os/as jovens para o exercício de uma cidadania mais consciente e interventiva.

REDE ASSOCIATIVA FNAJ



1000 ASSOCIAÇÕES
JUVENIS FILIADAS NA FNAJ



18 DISTRITOS E REGIÕES
AUTÓNOMAS ABRANGIDAS



PARTICIPAÇÃO DE
500.000 JOVENS

PROPOSTAS PARA AUMENTAR A CIDADANIA E A PARTICIPAÇÃO JOVEM

INTRODUÇÃO

O presente documento resulta de um processo de diálogo estruturado entre jovens e decisores políticos, no âmbito da iniciativa "Democracia 25.4", financiada pelo Programa Erasmus + Juventude Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade e com o apoio do Governo Regional dos Açores. Através da reflexão conjunta e da partilha de experiências, identificaram-se desafios e soluções para reforçar a literacia política e fomentar a participação ativa dos jovens na vida cívica e associativa.

A necessidade de reforçar o conhecimento sobre política, democracia e associativismo juvenil surge como uma prioridade, dado o afastamento de muitos jovens destes temas. As soluções propostas pelos e pelas jovens assentam na educação, na criação de espaços de participação, no apoio institucional e na capacitação das associações e dos próprios jovens.

DESAFIOS IDENTIFICADOS

Os grupos de trabalho convergiram na identificação de um obstáculo central: a dificuldade de acesso dos jovens à literacia política e ao associativismo. Esta lacuna manifesta-se de diversas formas:

- Falta de conhecimento sobre os mecanismos de participação democrática e sobre o funcionamento das instituições políticas.
- Ausência de incentivos e oportunidades concretas para os jovens se envolverem na vida cívica e nas associações.
- Barreiras burocráticas e falta de apoio técnico e financeiro para a constituição e manutenção de associações juvenis.
- Assimetrias territoriais que dificultam o acesso à informação e a espaços de participação, sobretudo em zonas periféricas e insulares.

Perante estes desafios, os grupos apresentaram um conjunto de **propostas para melhorar a situação e estimular o envolvimento cívico da juventude, através de uma abordagem multifacetada** que inclui ações em escolas, uso de tecnologias digitais e cooperação entre instituições.

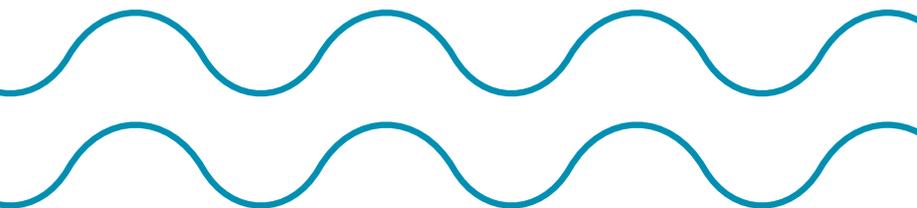
SOLUÇÕES PROPOSTAS



EDUCAÇÃO E LITERACIA POLÍTICA NAS ESCOLAS

Para os jovens, a escola assume um papel central na promoção da literacia política e na sensibilização para a importância do envolvimento cívico. Para tal, foram propostas medidas concretas:

- **Reformulação da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento**, tornando-a mais dinâmica e prática, com atividades que promovam a participação direta dos alunos em processos democráticos.
- **Criação de estágios comunitários** em associações juvenis locais, onde os jovens possam aplicar conhecimentos e desenvolver competências cívicas.
- **Integração de metodologias de educação não formal**, como debates, simulações parlamentares e projetos de intervenção comunitária.
- **Formação contínua para professores**, garantindo que possuem conhecimentos atualizados e metodologias inovadoras para abordar temas de literacia política e associativismo juvenil.
- **Integração do Parlamento Jovem nas escolas**, levando debates e resultados para a sala de aula, promovendo assim uma aprendizagem significativa dos processos de cidadania e participação política. A condição geográfica é reconhecida como limitante, dificultando o acesso a oportunidades e a integração de jovens.
- **Educação para os Direitos Humanos**, integrar formações específicas sobre direitos cívicos e políticos no currículo escolar e nas atividades juvenis.



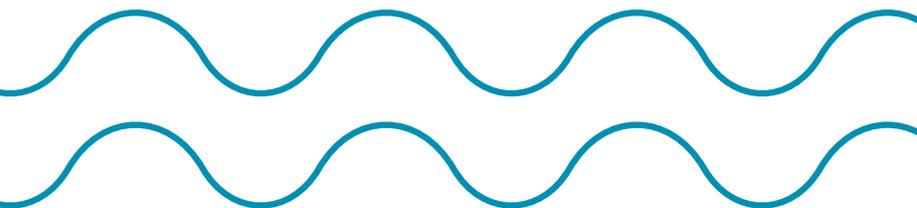
SOLUÇÕES PROPOSTAS



PLATAFORMAS E ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO

Para garantir que a informação e as oportunidades chegam efetivamente aos jovens, é essencial criar mecanismos de acesso fáceis e apelativos:

- **Desenvolvimento de uma plataforma digital nacional** dedicada à participação juvenil, onde sejam divulgadas oportunidades de envolvimento cívico, formações e projetos de voluntariado. Esta plataforma poderá também funcionar como um fórum de discussão e rede de apoio entre jovens e associações.
- **Criação e reforço de espaços físicos de participação**, nomeadamente através da disponibilização de salas em escolas, associações e serviços municipais para reuniões, debates e eventos juvenis.
- **Criação de espaços de co-working para associações**, permitindo que diferentes associações partilhem recursos e despesas, promovendo a colaboração interinstitucional.
- **Aproveitamento estratégico das redes sociais** para comunicar diretamente com os jovens, utilizando formatos interativos e acessíveis, como vídeos informativos e transmissões ao vivo para disseminação de informação relevante sobre participação política e cívica.
- **Incentivo à participação através de influencers e podcasts**, utilizando figuras públicas e criadores de conteúdo digital para aumentar a adesão dos jovens às iniciativas cívicas.



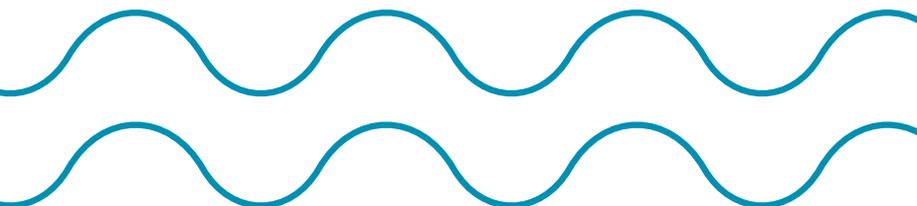
SOLUÇÕES PROPOSTAS



APOIO INSTITUCIONAL E FINANCEIRO

Para que as associações juvenis possam cumprir o seu papel de mobilização e capacitação dos jovens, é fundamental que tenham acesso a apoios e recursos adequados:

- **Estabelecimento de protocolos de cooperação entre a FNAJ, o IPDJ e os municípios**, garantindo formação, apoio jurídico e acompanhamento contínuo às associações juvenis.
- **Simplificação dos processos burocráticos** para a constituição e financiamento de associações juvenis, reduzindo os entraves administrativos que dificultam a participação.
- **Apoios financeiros específicos para associações juvenis**, através de programas de financiamento sustentáveis e transparentes, permitindo que estas desenvolvam atividades sem estarem excessivamente dependentes de quotas ou fundos privados.
- **Criação de comitativas para o desenvolvimento local**, com equipas de apoio às associações para ajudar na elaboração de candidaturas e no acesso a recursos.
- **Capacitação das associações juvenis**, através do investimento na formação de técnicos e dirigentes associativos para que possam apoiar os jovens de forma mais eficaz.
- **Transparência na atribuição de fundos**, melhorando a comunicação sobre os critérios e processos de atribuição de apoios financeiros por parte dos municípios, do IPDJ e do governo central.



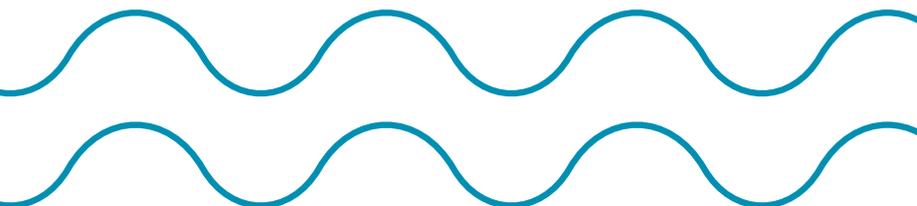
SOLUÇÕES PROPOSTAS



INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO ATIVA

Para que os jovens se sintam motivados a envolver-se, é necessário criar incentivos concretos e valorizar a sua participação na sociedade:

- **Promoção da participação juvenil em órgãos de decisão locais**, como assembleias municipais, conselhos municipais de juventude, orçamentos participativos jovens e outros espaços de diálogo político.
- **Criação de programas de mentoria**, nos quais jovens interessados em participação cívica possam ser acompanhados por mentores experientes, ajudando-os a desenvolver competências e a ganhar confiança.
- **Reconhecimento do trabalho associativo e voluntário** através de créditos escolares, certificação de competências ou benefícios específicos para jovens que assumem responsabilidades em associações.
- **Compensação para dirigentes associativos**, garantindo que jovens que dedicam tempo e esforço ao associativismo não fiquem prejudicados a nível académico ou profissional.
- **Inclusão de apoio financeiro para jovens em contexto de vulnerabilidade**, garantindo que transporte, alojamento e alimentação sejam assegurados para a participação em eventos e projetos.
- **Inclusão territorial**, assegurando que jovens de todas as regiões, incluindo ilhas e áreas rurais, tenham igualdade de oportunidades e acesso a políticas públicas eficazes.
- **Garantia de acessibilidade para jovens com deficiência**, garantindo que as iniciativas juvenis sejam inclusivas para todos.

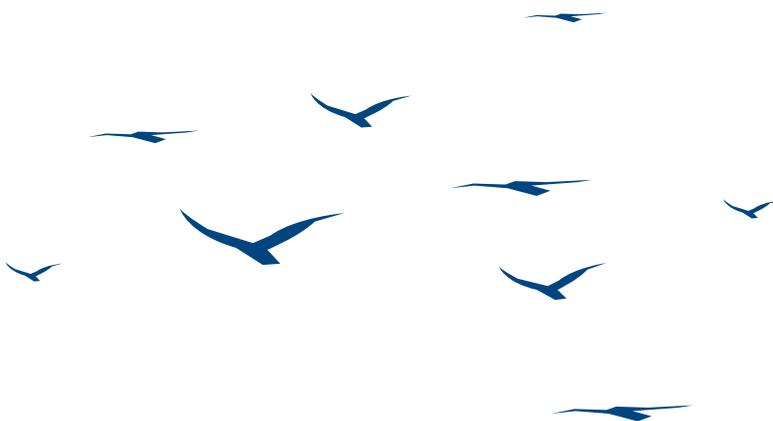


CONCLUSÕES

O reforço da participação juvenil e da literacia política exige um compromisso coletivo entre escolas, municípios, associações e organismos nacionais. O presente documento sintetiza um conjunto de medidas concretas e viáveis para fomentar o envolvimento cívico dos jovens, garantindo que tenham acesso à informação, aos recursos e aos incentivos necessários para se tornarem agentes ativos na construção da democracia.

A implementação destas medidas poderá contribuir significativamente para aproximar os jovens dos processos de decisão política, promovendo uma cidadania mais ativa, inclusiva e participativa.

A participação cívica e política dos jovens é essencial para fortalecer a democracia e garantir que as suas vozes sejam ouvidas nos processos de tomada de decisão.





GUIA
DEMOCRACIA 25.4

CIDADANIA E
PARTICIPAÇÃO
JOVEM

